



Veículo: Diário do Pará		
Data: 10/06/2017	Caderno: Cidade	Página: 06
Assunto: Reforma Trabalhista		
Tipo: Notícia	Ação: Espontânea	Classificação: Neutra

TRT realiza audiência pública para discutir os impactos da reforma trabalhista

TRABALHO

Priscila Soares

Com o objetivo de debater os impactos das alterações nas leis trabalhistas, foi promovida, na tarde de ontem, pela Escola Judicial, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 8ª Região (Pará e Amapá), dirigida pelo desembargador Gabriel Veloso, a audiência pública sobre a reforma trabalhista que tramita no Congresso Nacional. Realizado em Belém, o evento reuniu servidores e magistrados, membros de sindicatos, professores, universitários, advogados e sociedade em geral.

Com as contribuições colhidas durante a audiência, a intenção da Escola Judicial – que promove a qualificação de magistrados do TRT8 – é formular um documento para ser encaminhado ao Tribunal Superior

do Trabalho (TST) e ao Congresso. Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 8ª Região (Amatra8) e diretor da Associação Nacional de Magistrados do Trabalho (Anamatra), o juiz Pedro Tourinho Tupinambá ressaltou que, conforme análise feita pela entidade, as alterações nas leis trabalhistas devem gerar impactos negativos no País como um todo e mais ainda na região Norte. “Nossa região é grande. O Estado do Pará é um dos maiores em extensão. A questão de fiscalização e cumprimento de leis trabalhistas é muito mais difícil aqui”, pontua.

EMPREGO

Ainda segundo o juiz, estudos mostram que, em países que adotaram essa mesma política nas relações de trabalho, houve aumento do desemprego, não houve crescimento econômico, o custo social passou a ser maior,

assim como o índice de acidentes e doenças ocupacionais. “O País deveria se preocupar com medidas econômicas como redução de encargos para os empresários e a arrecadação do Governo”, sintetiza. Professor da Faculdade de Economia, da Universidade Federal do Pará (UFPA) e membro do Observatório Paraense do Mercado de Trabalho, José Raimundo Barreto destacou que, com a nova legislação, a jornada de trabalho poderá passar de 40h para 60h semanais ou 12h diárias. Além disso, ele explica que a reforma poderá alterar os períodos de férias, licença maternidade, entre outros. O economista lembra que, de 2003 até 2010, foram gerados no Brasil aproximadamente 23 milhões de novos empregos, sem haver modificações na legislação.



Contribuições dadas durante audiência serão encaminhadas ao TST

FOTO: MAYCON NUNES